

Para além do bestializado: diferentes interpretações acerca da (não) participação popular

Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga¹

RESUMO: O povo, na visão dos liberais exaltados e dos republicanos, configurava a parcela da população livre, trabalhadora, excluída do processo político do governo. Assim a República foi tida como o regime de governo que abarcava perfeitamente as aspirações e desejos desse povo, que viria a ser seu soberano. Entretanto, a história brasileira comumente analisa o período de propaganda republicana e, posteriormente, a Proclamação, como distantes do povo, este apático e indiferente aos destinos do país. Neste artigo analisaremos a construção historiográfica acerca desta suposta indiferença e como outras linhas de interpretação podem nos dar visões completamente diversas acerca do povo perante a República.

PALAVRAS-CHAVE: Bestializados; República; Povo

O desencanto de Aristides Lobo

Quatro dias após a Proclamação, o jornal republicano *O País*, de propriedade de Quintino Bocaiúva, dirigiu-se ao Zé Povinho

Zé Povinho ainda está de boca aberta. Andaram a dizer-lhes há umas dúzias de anos que a república era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio. Um belo dia – zaz! A república põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo. (...) E é por isso que tu andas por essas ruas, há três dias com ares de cético, fazendo considerações mentalmente sobre essa calma absoluta que não traduz absolutamente a transformação radical

¹ Estudante de pós graduação (mestrado) do PPGH na linha de Poder, Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco. Contato: flaviabrunabraga@gmail.com



porque passou a pátria. (...) É por isso que ainda duvidas talvez da realidade das coisas (...) ouvistes dar vivas à república e tocar a Marselhesa, e vistes desfaldar umas bandeiras que não conhecias e arrancar da exposição pública os símbolos monárquicos, e soubestes que se retirou a família imperial e que foram apeados do poder ministros e chefes.... e tudo isso te faz crer num sonho, porque não se parece em nada com o que te contavam².

O artigo publicado acima, se analisado literalmente, pode inclinar-nos em direção à interpretação de que o “Zé Povinho” esteve indiferente à chegada da República. Por longas décadas após a Proclamação da República têm os historiadores se martirizado acerca da afirmação de Aristides Lobo, testemunho do Quinze de Novembro, em carta ao Diário Popular de 18 de novembro de 1889

Eu quisera dar a esta data a denominação seguinte: 15 de novembro do primeiro ano da República; mas não posso, infelizmente, fazê-lo (...). Por ora a cor do Governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. (...). O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.³

A partir da expressão “bestializado” uma longa tradição que interpretou a reação popular como indiferente, ou até mesmo apática, permanece arraigada nas interpretações da história brasileira. Baseados em testemunhos como o do Conde de Weisersheimb, embaixador da Áustria, que testemunharam “A grande massa da população, tudo quanto não pertencia ao Partido Republicano, relativamente fraco, ou à gente ávida de novidades, ficou completamente indiferente a essa comédia”⁴ ou de Capistrano de Abreu que viu “quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse”⁵ e, por último, Arthur Azevedo, que disse que “os cariocas olhavam uns para os outros pasmados, interrogando-se com os olhos, sem dizer palavra”⁶. Influenciaram clássicos como *A História Sincera da República*, de Leôncio Basbaum,

² O Paiz, 19 de novembro de 1889. Apud SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, N°8, Vol.3, 2011. P.189.

³ LOBO apud TAVARES, A. de LYRA. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: vol. 205 Coleção Documentos Brasileiros, 1987. pp. 26 e 27.

⁴ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p. 212.

⁵ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p.213.

⁶ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p.212.



que sacralizaram expressões como “a república não era uma aspiração popular”⁷ ou “As classes mais pobres, os poucos operários, os libertos, o pequeno funcionalismo, os militares, não participavam da vida política”⁸.

No ensaio ultra monarquista *Revivendo o Brasil Império*, assinado pelo pseudônimo de Leopoldo Bibiano Xavier, amigo íntimo de Dom Luís de Orleans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil em 1991, a visão de que “a multidão não participou e nem aplaudiu a República”⁹, e que os historiadores – baseado em um texto do próprio Dom Luís – por mais que “queiram provar que a Monarquia caía de podre, que a República era um anseio popular e que o movimento pela sua proclamação estava organizada até os ínfimos detalhes, os fatos foram bem diferentes”¹⁰. Na contracapa do livro, Dom Orleans, autoproclamado herdeiro de Dom Pedro II para continuar a dinastia no Brasil no século XXI, ressalta que

Cem anos se passaram, e os contrastes entre o Brasil atual e o Brasil Império só têm crescido. No tempo do Império havia estabilidade política, administrativa e econômica; havia honestidade e seriedade em todos os órgãos da administração pública e em todas as camadas da população; havia credibilidade do País no exterior; havia dignidade, havia segurança, havia fartura, havia harmonia. [...] Como Chefe da Casa Imperial do Brasil, regozijo-me com a publicação desta obra e recomendo vivamente a todos os que se interessam pelo progresso verdadeiro e harmônico do nosso querido país¹¹.

O exagero do testemunho de Dom Luís, fazendo da monarquia brasileira quase o paraíso terrestre pode parecer escandaloso para um cidadão nascido já na República. Mas engana-se quem pensa que essa mentalidade é fruto somente dos pouquíssimos monarquistas ainda existentes no Brasil. Análises mais sensíveis e contextualizadas, entretanto, dos testemunhos acima dão conta de outras interpretações acerca da reação do povo diante da notícia da República. Os estudos

⁷ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957. p. 254.

⁸ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 268.

⁹ XAVIER, XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, p..212.

¹⁰ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, p..205.

¹¹ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, Contracapa.



que interpretam uma reação diferente não são recentes. Tristão de Ataíde em *Política e Letras* faz a seguinte análise

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na Proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. E uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempo mais remoto.¹²

Gilberto Freyre, analisando uma das obras de Robert Louis Stevenson sobre seu personagem Mr. Knight em viagem ao Brasil em 1889, faz uma reflexão sobre a cena em que este se encontra com um remador “preto” (sic) e, vendo uma nova bandeira hasteada na Bahia, pergunta-lhe o que era, ao que remador lhe responde “ah, a República”. O inglês, espantado com a indiferença do homem, assume que a transformação do regime aconteceu em uma sociedade apática. Mas adverte Freyre

Compreende-se que, considerado superficialmente, o modo por que os brasileiros aceitaram a República ou a ela aderiram, tenha parecido aos olhos de Mr. Knight, expressão de “apatia oriental”. Mas a verdade é que a maneira por que alguns dos próprios conservadores brasileiros mais lúcidos e mais ligados ao Império assimilaram a ideia de um novo regime político ao seu sistema moral de valores brasileiros fundamentais [...] revela deles menos “apatia oriental” [...] que capacidade ou sabedoria de contemporização: virtude britânica [...] Em face do que, compreende-se que a um espanhol ou, talvez, a um russo, o comportamento brasileiro [...] tenha parecido apatia ou pusilanimidade, mas não a um inglês [...] É certo que muitos foram, dentre a plebe mestiça e negra do Brasil, aqueles que se conformaram imediata e docemente com a vitória da República sobre a Monarquia [...]¹³

Talvez a interpretação de Freyre sobre a conformação “imediata e doce” da gente pobre seja exagerada, se consideramos que uma parte considerável dos libertos, por exemplo, tornaram-se ardorosos defensores da Redentora após a Lei Áurea, como ele mesmo demonstra poucas páginas depois, tornando o argumento contraditório.

¹² ATAÍDE apud OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 30.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 8-9.



Maria Tereza Chaves de Mello¹⁴, ao analisar outra obra literária da época, *Esau e Jacó* de Machado de Assis, também faz uma releitura sobre a suposta indiferença do povo. Custódio, comerciante, retirou a tabuleta do seu estabelecimento onde se lia “Império”, com madeira carcomida de bichos, e recolocou uma madeira nova onde se lia “República”. O pintor que inscreve o nome diz ao comerciante que uma madeira nova iria durar toda a vida, ao que Custódio lhe responde “A outra também durava, bastava só avivar as letras”. A discussão implícita entre a reforma monarquista ou a revolução republicana apareceu, assim, nas sutilezas da convivência do fim do Império. Na continuação da carta de Aristides Lobo, temos outros trechos que designam algo diferente de indiferente, trechos propositadamente esquecidos ou ignorados:

Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. [...] Não é tudo, mas é muito. Bem; não posso ir além, estou fatigadíssimo, e só lhe posso dizer estas palavras, que já são históricas.¹⁵

Antes de representar uma indiferença geral, bestializado significa surpreso, incrédulo diante de um golpe militar inesperado. De acordo com Marcelo Magalhães “[...] é preciso dissociar a participação na ou pela República da forma, para alguns inesperada, como o regime foi instaurado.¹⁶” A República não era uma surpresa no final do século XIX, mas a forma militar como foi implantada era. Na visão de Fábio Carvalho Leite, o termo bestializado “parece ainda revelar um estado de choque ante um fato incompreensível, que escapa a qualquer lógica, o que sugeriria que a proclamação da República do Brasil foi um ato sem sentido ou, o que parece mais apropriado, uma consequência desproporcional à causa¹⁷. Não se trata de defender um movimento popular de proporções irreais, nem a conversão em massa dos populares à República, mas de considerar a Proclamação para além das formas

¹⁴ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 230.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 66.

¹⁶ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Repensando Política e Cultura no Início da República: Existe uma Cultura Política Carioca?* In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 291.

¹⁷ LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003. p. 9.



cristalizadas pela historiografia. A República não bestializou por ser República¹⁸, mas por ter sido feita na contramão do movimento republicano.

É amplamente aceita a versão de que a república veio para o Brasil por vias pacíficas¹⁹, numa sociedade majoritariamente analfabeta e excluída do processo político, por um grupo pequeno da elite civil e militar do sudeste do país. Sobre isso, não há o que contestar. Entretanto, por anos a propaganda republicana acreditou no caráter popular da “Revolução” republicana, onde o povo seria o soberano. Em diversos aspectos, essa atividade civil de uma cultura política ainda a ser descoberta é que vem sendo analisada por historiadores especializados no século XIX. Um deles, George Boehrer, admite que a população foi influenciada por essa propaganda ao aceitar, sem protestos, a República, em 16 de novembro.

A prova mais significativa do valor da propaganda republicana encontra-se indubitavelmente nos acontecimentos de 15 e 16 de novembro. A passividade absoluta com que a maioria dos brasileiros presenciou o desaparecimento de um regime no qual haviam prosperado e progredido, causou espanto aos observadores políticos²⁰.

Leôncio Basbaum discorda. De acordo com o historiador marxista, a “tese defendida por Georges Boehrer, em seu bem documentado trabalho – bastante citado por nós – não tem a nosso ver, fundamento”²¹. Contraditório, pois, o argumento do historiador, que valoriza o trabalho de Boehrer como bem fundamentado, mas nega-lhe o fundamento. Para o marxista – que contribuiu fortemente para a tese dos bestializados – a causa fundamental da queda do Império foi a decadência da aristocracia açucareira. Esta visão, apesar de majoritária, não caminhou sozinha ao logo da historiografia brasileira. Basbaum e Boehrer divulgaram suas pesquisas com

¹⁸ LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003. p. 11.

¹⁹ Refiro-me a uma guerra declarada ou revoltas de grandes proporções como foram as do período Regencial. Entretanto, partilho da visão de Maria Janotti ao defender que este é um lugar-comum na historiografia que buscou sedimentar o ambiente em ebulição das diferentes visões e interpretações acerca da Proclamação da República. A desconstrução da ideia de paz na proclamação foi trabalhada por Fayga Marcielle Oliveira, de onde parti também minha análise. OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 63-64.

²⁰ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. P.290.

²¹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1957, p. 282.



três anos de diferença e têm suscitado, ambos, duas correntes historiográficas distintas. Tentaremos, pois, analisar a relação entre a propaganda republicana e os movimentos populares em torno da República, sem abrir mão de nenhuma das duas correntes, demonstrando as contradições historiográficas entre ambas as linhas.

A popularidade da monarquia brasileira muitas vezes se confunde com uma adesão da população aos ideais do regime, descaracterizando a intensidade do movimento republicano da segunda metade do século XIX. Talvez uma análise da repercussão da morte de Dom Pedro II em dezembro de 1891 no Brasil, se olhada somente do ponto de vista dos jornais que noticiaram o fato, possa dar a sensação de que os pobres, por amarem o falecido ex-monarca, permaneceram monarquistas mesmo após a Proclamação. Considero um esforço titânico e inútil tentar defender se os pobres foram unanimemente monarquistas ou republicanos, não é esse meu objetivo. O que gostaria de ressaltar é que a popularidade de Dom Pedro não exclui, necessariamente, a expansão das discussões republicanas. Notícias que vieram do jornal republicano *O País*, do monarquista *O Brasil* e do conservador *Jornal do Commercio* relataram que repartições públicas foram fechadas e várias pessoas eram vistas nas ruas trajando preto, em sinal de luto ao Imperador²².

Caso mais notável ainda foram as inúmeras missas organizadas em Salvador, com contribuição popular e de iniciativa, muitas vezes, de libertos. Retratos e bustos de Dom Pedro foram espalhados pelas missas, trazendo uma “aluvião de pobres”²³ para admirá-lo, além de símbolos militares relembrando a Guerra do Paraguai. De acordo com o *Jornal do Commercio* de 11 de dezembro de 1891, “enorme massa de libertos beijava, com lágrimas do maior sentimento, o retrato do monarca, notando-se em todos os presentes a mesma dor profundíssima”²⁴. O jornal *O Brasil* relatou que missas celebradas por libertos homenageavam Dom Pedro como “Nosso Pai” e duas bandeiras eram hasteadas, de um lado 28 de setembro de 1871, do outro, 13 de maio de 1888, relembrando as duas datas de maior importância para a Abolição. É num cenário muitas vezes de devoção e admiração pelo monarca que a propaganda republicana precisou se esquivar e encontrar caminhos para propagar as “novas” ideias.

²² FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p. 4

²³ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p. 4

²⁴ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p.5.



Sobre a valorização do espaço público e do povo no processo de conformidade e aceitação da República, Maria Tereza Chaves de Mello defende semelhante ponto de vista de Boehrer ao afirmar que “a historiografia que privilegia a versão do bestializado desvaloriza o que a década de 1880 valorizou: a rua. Ou melhor: desqualificar a proclamação da República é desqualificar a política feita na rua [...]”²⁵. José Murilo de Carvalho pergunta “Era, de fato, um bestializado?”²⁶. Também é comum considerar a existência de uma elite letrada, distante e indiferente à opinião popular, como um dos aspectos do monarquismo do povo. Mas para historiadores que defendem a participação nula da população na Proclamação – Como José Murilo²⁷ – ele mesmo se contradiz em páginas depois ao dizer que durante a passagem das tropas “a parada era seguida por grupos de populares, arengados por Lopes Trovão e Patrocínio na Rua do Ouvidor”²⁸. Joaquim Felizardo, em tom bem mordaz, diz que a afirmativa de Lobo é

[...] totalmente falsa e não resiste hoje ao menor exame crítico, como de resto ocorre com outras tolices didáticas largamente difundidas. Primeiro porque sabemos que o povo não assiste bestializado senão aos movimentos que não lhe interessam o que, evidentemente, não ocorria no caso; segundo, porque o episódio da Revolta do Vintém ilustra perfeitamente a participação e a disposição do povo na época²⁹.

Eduardo Silva, numa visão mais moderada acerca do povo, define que “Percorrendo os antros da gatinha podemos perceber, contudo, que não era unânime a aclamação dos povos e que, por trás dos “bestializados”, existiam posições políticas – e éticas – muito claras”³⁰. A versão de uma suposta elite letrada indiferente também parece ser mais um pilar do argumento dos “bestializados”. “Para a nossa *intelligentsia*, a República era mais um sentimento estético que propriamente

²⁵ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 231.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 70.

²⁷ Primeira frase do livro *A Formação das Almas*. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 9.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 52.

²⁹ FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 31.

³⁰ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 67.



prático ou político. Era belo ser republicano, como era belo ser abolicionista”³¹ diz Leôncio Basbaum, um dos clássicos sobre o período. Esse pensamento é bastante comum nas análises sobre os movimentos intelectuais do final do século XIX. Mas, antes, deve-se olhar para os testemunhos de época através de suas expectativas frustradas: qual era o povo a quem a elite tinha esperança de encontrar no Brasil? Certamente, um povo à europeia, um burguês vitoriano ou um jacobino francês³². Em grande parte, os relatos como o de Aristides Lobo partem da esperança de encontrar no Brasil um povo que inexistia.

A experiência das conferências públicas são mais antigas que a criação do Partido Republicano. Na esteira da atuação do Clube Radical, durante a década de 1860, Sinfrônio Coutinho, ardoroso tribuno do Recife, disse que “as conferências radicais são a aurora de um regime livre que começa a aparecer nesta nação de despotismo”³³. Nabuco de Araújo, também participante do Clube, confidenciou a Buarque de Macedo o clima de instabilidade da monarquia começou antes mesmo da famosa geração de 70, diz ele que “os outros não têm mais confiança nesta ordem de coisas e pensam que a Monarquia está acabada e não há o que fazer.”³⁴. Nesta época, as conferências radicais passaram a ser bem mais expressivas em termos de propaganda e público, como o aluguel do teatro Fênix Dramática no Rio de Janeiro em 1869, capaz de receber até 3 mil pessoas. As conferências de Silveira Mota assim como a de Carlos Bernardino de Moura reuniam um número de 2 mil espectadores³⁵ antes mesmo da fundação do Partido Republicano.

Mas foi durante a década de 1870 que a discussão acerca da república tomou as ruas num tom claramente público. É notória a atuação de tribunos famosos como Silva Jardim, Martins Júnior, Silveira Marinho, Benjamin Constant, Lopes Trovão, Luís Gama, José do Patrocínio³⁶ e José Mariano³⁷ que levaram consigo milhares de

³¹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 231.

³² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 69.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 40.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 40.

³⁵ CARVALHO. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

³⁶ Adere a monarquia após a Abolição, mas defendeu a República por vários anos.



adeptos a escutarem acerca da Abolição e/ou da República e das suas consequências democráticas no seio do espaço público. É verdade que nem todos os tribunos eram, necessariamente, republicanos, mas contribuíram para o clima de discussão acerca dos “defeitos” do Segundo Reinado e a necessidade, urgente, de reformas. Maria da Glória Gohn examinou os comícios de Lopes Trovão em 1889 que “em favor do Partido Republicano, provocaram o afluxo de grandes massas às praças, as quais, segundo pesquisas sobre a época, reivindicavam melhoramentos urbanos”³⁸. Também Ângela de Castro Gomes diz que “Silva Jardim, ao lado de Luís Gama e Lopes Trovão, exemplifica a vertente de agitadores populares que propunham uma República com apoio e participação popular”³⁹.

Antônio da Silva Jardim, somente ele, arrastava uma multidão de 2 a 3 mil pessoas, nos quais figuravam “pretos libertos” e “operários”⁴⁰, Lopes Trovão durante a Revolta do Vintém teve 4 mil (ou 8 mil⁴¹), José Mariano no Recife de 3 mil⁴² a 10 mil⁴³, e no Ceará 8 mil, em situações as mais diversas possíveis, utilizadas com sucesso contra a monarquia, símbolo do atraso. Em um trecho de Lopes Trovão, transcrito por Joaquim Felizardo, ele brada “Dizei ao Imperador que enquanto eu estiver à testa da multidão, como seu diretor, me esforçarei para demonstrar-lhe que a soberania nacional reside no povo e não na Coroa”⁴⁴. Para Basbaum, a propaganda de Silva Jardim atinge uma atitude “realmente catequizadora e militante”⁴⁵. E ainda continua, páginas depois,

Silva Jardim dedicou grande parte de sua atividade, como maior propagandista da República, entre as camadas mais pobres da população, especialmente os empregados no comércio. Ele fazia parte desse grupo mais

³⁷ José Mariano, tribuno do Recife, era um dos líderes locais do Partido Liberal. Entretanto, sua relação estreita com os republicanos pernambucanos, sua defesa das ideias populares, o abolicionismo entre outras características, torna-o personagem relevante nesse aspecto.

³⁸ GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola, São Paulo, 1995, p. 57.

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 43.

⁴⁰ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2. p. 203.

⁴¹ FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 32.

⁴² MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 22-27.

⁴³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana University, PHD, 1975, p. 100.

⁴⁴ TROVÃO apud FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 31.

⁴⁵ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 246.



radical que sente os anseios das massas e procura ligar-se a elas e trabalhar em função do interesse delas. Silva Jardim, como republicano, era também um líder social⁴⁶.

Há ainda outros propagandistas que, nas análises dos historiadores, não aparecem com tanta frequência, mas que significaram bastante para seus contemporâneos, como Rangel Pestana, Francisco Glicério, Barata Ribeiro, Alexandre Stockler, Monteiro Manso, Gualter Martins e José Rabello, que figuraram na Galeria Republicana do jornal *O Mequetrefe* como os de maior relevância para a propagação da ideia republicana. Os dois últimos, ressaltou o jornal, eram admirados por terem devolvido seus títulos de nobreza ao Imperador, para lutarem pela propaganda republicana⁴⁷.

Sabemos, entretanto, que a Primeira República esteve longe de representar um governo popular. Não é esse o caso. Mas em considerar, ao menos, uma interpretação mais complexa e abrangente do movimento republicano da segunda metade do século XIX, que foi muito mais participativa do que a historiografia tradicional – fruto da Revolução de 1930 principalmente – sacralizou na memória brasileira. A “apatia” do povo é, pois, um fato historiográfico⁴⁸. Sidney Chalhoub, analisando o Golpe do 15 de novembro, diz que

Na verdade, talvez seja possível sugerir que um dos sentidos da proclamação da República foi tentar por um dique e anular, ou pelo menos disciplinar, a influência cada vez mais decisiva que as agitações nas ruas da corte estavam a desempenhar nos rumos que tomavam os conflitos no interior da classe dominante⁴⁹.

O poder popular usurpado pelos militares – sem agitação civil, por meio de um acordo – é que foi, para alguns historiadores⁵⁰, o motivo da bestialização. Aristides Lobo, um republicano notável que defendeu a instauração da República por vias

⁴⁶ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 261.

⁴⁷ LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “*O dia de amanhã*”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *Revista História* (São Paulo), Vol. 30, Nº2, 2011, p. 254.

⁴⁸ OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *A propaganda republicana como ação política* – apontamentos para a história da República, Campos Porto (1890). Anais do XXI Encontro Estadual de História. ANPUH-SP, Campinas, 2012.

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras*. Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988, p. 86.

⁵⁰ Principalmente George Boehrer e Maria Tereza Chaves de Mello.



populares, estava ele mesmo atônito, incrédulo. Apesar de sua participação nas reuniões conspiratórias ao lado de Quintino Bocaiúva, esperava-se que o levante fosse concretizado nos dias 16 e 17 de novembro, a tempo de organizar o Partido Republicano e o povo. “Bocaiúva foi o único chefe que participou diretamente do levante militar”⁵¹. Na sua opinião áspera contra os republicanos “pacíficos” durante reunião do Partido Republicano do Rio⁵², propunha que “o partido republicano dê um solene testemunho de sua firmeza, declarando que se acha em formal antagonismo com esta [apoio aos liberais] e qualquer outra situação monárquica que inaugure o país”⁵³. O golpe de 1889 pode ser visto, dentro da esfera republicana, como um contragolpe aos setores mais radicais dos Partidos, ou nas palavras de Renato Lemos, uma contrarrevolução preventiva⁵⁴ até mesmo contra a onda reformista na monarquia.

Paralelamente à orientação liberal do Partido Republicano de Quintino Bocaiúva existia outra “agremiação” de republicanos que pretendia instaurar uma Ditadura Republicana de inspiração positivista. Silva Jardim, o maior propagandista deste grupo, além do PRRS, PRPE, setores positivistas do Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Maranhão e Pará, o Apostolado Positivista, as Escolas Militares, as Escolas Normais e as Faculdades de Direito possuíam adeptos a essa corrente antiliberal. Para esses positivistas a continuação, na República, da mesma estrutura política do Império seria uma mera troca de regime, sem transformação social. Por isso, homens como Aníbal Falcão (Pernambuco), Pereira Barreto (São Paulo), Lauro Sodré (Pará), Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul), entre outros, defendiam o regime de governo orientado com os pensamentos do Grande Mestre, Augusto Comte. Para eles o executivo liderado pelo Ditador seria, necessariamente, aclamado pelo povo, com o poder legislativo quase extinto, com inclusão do proletariado à nova ordem. Defendiam não apenas a Abolição, mas também a reserva de mercado ao liberto, sendo contrários à imigração. Pautas como o regime de trabalho por 8h, férias, descanso semanal obrigatório, educação primária universal e gratuita, entre

⁵¹ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.286.

⁵² Ao longo do texto irei abreviar o nome dos partidos republicanos com a sigla da província. Desta forma, o Partido Republicano do Rio de Janeiro será chamado de PRRJ, assim como os outros.

⁵³ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 52. Jornal A República de 21 de março de 1878.

⁵⁴ LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 432.



outros aspectos, são planos políticos deste grupo que foi vencido pelo Quinze de Novembro⁵⁵.

Até mesmo em relação ao Clube Militar, fundado em 1887, pode-se ter a mesma leitura. Marechal Deodoro foi, também, da ala mais moderada e pacífica no seio do exército, contrariando as expectativas da “mocidade militar” que, como os propagandistas, acreditavam numa revolução mais ativa. Deodoro, escrevendo ao seu sobrinho Clodoaldo em 1888, aluno da Escola Militar de Porto Alegre, demonstrou claramente sua posição

República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Quem quer República, quer que o Brasil seja dos Gaspares, Cotegipe, Paulino de Sousa, etc. Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para “republicanos”. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela. Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa; os brasileiros nunca se prepararão para isso, porque sempre lhe faltarão educação e respeito para isso⁵⁶.

Não analisaremos a premonição de alguns aspectos da história da república brasileira baseadas nesse testemunho, mas ressaltar que este mesmo homem que tinha aversão à República será tido como o grande proclamador dela. De todos os lados, a ideia de que o Golpe de 1889 foi um freio, uma contramedida, parece indicar que, mesmo nas entrelinhas, havia um movimento republicano e abolicionista que fervilhava nas camadas mais pobres da população. Mesmo tendo analisado o processo de construção da cidadania no período após a Proclamação, José Murilo de Carvalho assume essa posição ao falar de Silva Jardim

Foi-lhe até ocultada a data da revolta e ele dela participou por acaso. Mas o fez dentro de sua especialidade: Benjamin Constant, temeroso de que falhasse o golpe, pedira a Aníbal Falcão, amigo de Silva Jardim, que agitasse o povo. Nisso apareceu Silva Jardim, que de bom grado cumpriu a tarefa, liderando o coro da Marselhesa pelas ruas. Todavia, logo após a proclamação, foi sistematicamente boicotado⁵⁷.

⁵⁵ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁵⁶ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 41-42.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 46-47.



A carta de Lobo, pois, tem um forte teor biográfico, demonstrando a decepção em ter retirado de si o sonho da República, encabeçada quase na íntegra pelos militares moderados. De acordo com Basbaum, Aristides Lobo era “o chefe da ala radical do Partido”⁵⁸. Afirmou, no Diário Popular em março de 1889, que a maioria do Partido acreditava nas vias revolucionárias⁵⁹. O que também se pode acrescentar a uma interpretação mais abrangente da fala de Aristides Lobo é a de que a ligação do Partido com os militares parecia ser – na visão dos correligionários – o único meio para se alcançar a República e evitar o destino pérfido nas mãos do Terceiro Reinado. Mas isso não significa, necessariamente, esperança, mas no caso de Lobo, resignação. “Inclinavam-se para Silva Jardim, isto é, eram revolucionários, embora nem sempre o manifestassem abertamente: Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça e até mesmo Glicério, o republicano mais político de São Paulo.”⁶⁰

A (r) evolução republicana

O golpe da madrugada foi um balde de água fria nos sonhos republicanos. Desta forma, a afirmação de José Murilo de Carvalho torna-se compreensível, pois “a afirmação da inexistência do povo político, de apatia total da população era claramente exagerada”⁶¹. Em 14 de julho de 1889, centenário da Revolução Francesa, foi marcada uma grande comemoração em frente ao Clube Tiradentes, no Rio de Janeiro. Os vivas à República foram ouvidas por toda São Cristóvão, o que acabou por terminar em confronto, tendo os jovens militares defendidos os civis à bala, ao que conclui Celso Castro que a “mocidade militar permanecia, portanto, no terreno da radicalização”⁶².

⁵⁸ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 246.

⁵⁹ A polêmica entre evolucionismo e revolução política foi um dos aspectos de discussão interna do Partido, que levou a ruptura de vários correligionários em maio de 1889. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 237.

⁶⁰ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 260.

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 70.

⁶² CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 50.



Silva Jardim, o mais radical de todos os republicanos, sofreu um atentado em meio a sua conferência na Sociedade Francesa de Ginástica em 30 de dezembro de 1888, e só soube do golpe por meio de um mensageiro durante um jantar com amigos na noite de 14 de novembro. De acordo como Basbaum, o republicanismo no Brasil teve diversas correntes, assim que “uns eram do tipo revolucionário, como Silva Jardim, o qual apoiado por alguns elementos isolados do Rio e pelos republicanos de Pernambuco, pregava um movimento armado do povo”⁶³. Este, inimigo declarado publicamente de Quintino Bocaiúva⁶⁴ – conspirador do Golpe – era o líder de uma das duas linhas do pensamento republicano do Brasil em 1889⁶⁵. De acordo com George Boehrer

A questão entre os dois representantes de duas escolas de convicção tornou-se depois [Do evento de 30 de dezembro de 1888] mais complicada, quando Silva Jardim, advogando abertamente uma revolução popular, recusou-se a apoiar uma revolta militar. Bocaiúva, que não desejava fomentar uma revolução civil, consentia em receber o apoio dos militares⁶⁶.

Tamanha era a oposição entre a forma de república pensada por Silva Jardim e seus adeptos – especialmente o PR-PE e o PR-PA⁶⁷, mas em escala semelhante o PR-RS – e a de Quintino Bocaiúva, que após a eleição deste último para a presidência do Partido Republicano Brasileiro⁶⁸ e o repúdio pronunciado por Aníbal Falcão em *A Gazeta de Notícias* em 24 de maio de 1889. Antônio da Silva Jardim anunciou em seu manifesto de 28 de maio daquele ano que o ditador aclamado pelo povo deveria ser “o delegado representativo da Pátria, síntese de Liberdade – e, pois Governo, na combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: Poder e Povo –

⁶³ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 260.

⁶⁴ Quintino Bocaiúva ainda se opôs aos comícios de Lopes Trovão.

⁶⁵ Leôncio Basbaum considera, também, a eleição de Quintino Bocaiúva para a presidência do partido em 1889 como uma vitória do lado moderador. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1957, p. 259.

⁶⁶ Ver nota de rodapé em BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 199. Entre colchetes nosso.

⁶⁷ LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 418.

⁶⁸ A unificação dos partidos republicanos em torno do Partido Republicano Brasileiro foi instituída após o Congresso Nacional de 1887. No manifesto expedido pelo evento, os artigos 8 e 9 garantem a autonomia, independência e liberdade das províncias, o que resultou numa fraca associação, a qual mal podemos chamar de um partido nacional.



Programa verdadeiro e prático do Partido Republicano”⁶⁹, demonstrando a influencia de setores conservadores no movimento, do qual Bocaiúva conspirava para deter a “agitação republicana”. Este último, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “insiste mesmo em que não se deve de modo algum recorrer à violência para chegar à meta desejada, e condena a imprudência dos que erguem vivas à República”⁷⁰.

O rompimento do setor radical com o Partido teve adeptos também no Rio Grande do Norte, notadamente na figura de José Leitão. Para assegurar as vias concretas da teoria comtiana do Ditador Republicano, Silva Jardim, juntamente com Aníbal Falcão, tramaram um golpe conjunto com o Exército em 1888, malgrado pela morte de Sena Madureira⁷¹. Entretanto, o número de dissidentes que acompanharam Silva Jardim diminuiu no decorrer de 1889. Renato Lemos, ao dissociar as duas linhas de pensamento republicano no Brasil, ressalta que “dessa maneira, descartava-se a vertente francesa do republicanismo, que privilegiava a participação popular na direção política”⁷², preferindo-se, portanto, pela vertente norte-americana. O PR-CE, numa linha ainda mais distinta do resto do país, foi a única província onde a vertente unitarista realmente se impôs⁷³. O que faz do Golpe de 89, para seus contemporâneos, uma vitória de apenas *uma* das visões.

O dia de 15 de novembro de 1889 pode ser muito pouco revivido pelos historiadores. Principalmente porque se empenharam em modificá-lo ao bel prazer quase todas as correntes republicanas que brigavam em nome da memória da nação⁷⁴. A clara exclusão do elemento civil na Proclamação, só avisados do Golpe quatro dias antes – e por razões de legitimação do ato, não por participação ativa – reafirma a ideia de um contragolpe. José Murilo de Carvalho comenta, em *A Formação das Almas*

⁶⁹ SILVA JARDIM apud BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 208.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 303.

⁷¹ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 283. Houve outra tentativa de golpe, um ano antes, encabeçada por Quintino Bocaiúva, também sem efeito.

⁷² LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 418.

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 313.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.



Havia os que discordavam da alternativa, seja por defenderem a implantação da república pela via revolucionária, pela revolta popular, caso de Silva Jardim, seja por desejarem uma revolução pacífica, como Américo Brasiliense, Bernardino de Campos, Saldanha Marinho e talvez a maioria dos republicanos paulistas. É sintomático o fato de que nem Silva Jardim nem Saldanha Marinho tenham sido postos a par da conspiração.⁷⁵

Há ainda clivagens dentro do grupo radical que vai desde os positivistas religiosos (ortodoxos, adeptos da Religião da Humanidade ou, em sua vertente política, da Ditadura Positivista)⁷⁶ aos socialistas utópicos. Não entrarei aqui na briga de tubarões que tentam ora defender ou combater o argumento do início do socialismo no Brasil através do movimento republicano do século XIX. Este tópico tem sua própria historiografia que foge ao escopo deste trabalho. O que gostaríamos de pontuar sobre essa questão é que, independente de terem existido ou não socialistas (no sentido marxista ou utópico) nas fileiras republicanas do Segundo Reinado, a elevação das “questões operárias” em torno da defesa da república foram substanciais para o processo de propagação dos ideais republicanos e na defesa da queda do regime. Maria Fernanda Lombardi Fernandes⁷⁷, assim como Eliane Superti⁷⁸, já apresentaram a forte influência do pensamento trabalhista para o positivismo brasileiro e em como o socialismo estava presente nos ataques proferidos por estes. Estes estudos têm demonstrado, apesar de partir da ótica do positivismo, que havia conhecimento e discussão sobre o socialismo no Brasil durante a propaganda republicana. Além disso, aponta para mais de uma vertente trabalhista nos projetos republicanos. Como no jornal *O Futuro*, em 3 de dezembro de 1872 ao afirmar que para a consagração das ideais socialistas no Brasil era preciso a instauração da República⁷⁹. O jornal *O Socialista*, também republicano, teve contribuições de renomados propagandistas como José do Patrocínio, Lopes Trovão,

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 49.

⁷⁶ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁷⁷ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁷⁸ SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.

⁷⁹ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2, p. 198-9.



Bento Cortez e Júlio Gama⁸⁰. O que desejo argumentar com isto é que havia, pelo menos, uma gama ampla de republicanos que viu no povo a possibilidade de um novo país e que estas parcelas foram, se não todas, majoritariamente boicotadas pelo Golpe.

Indiferença?

A historiografia tem analisado forçosamente a expressão de Aristides Lobo como uma “prova” da não-participação popular no processo de instauração da República. A consequência deste argumento seria a defesa da adesão monarquista da sociedade civil. Bestializados estavam todos os que não participaram da conspiração secreta: Conservadores, Liberais, Republicanos radicais e a gente pobre. Também não sejamos ingênuos em dizer que houve uma guerra civil. A República veio pacificamente, mas *não* indiferentemente. Análises de resistências monarquistas, como a de Maria Janotti⁸¹, demonstram que a república nem foi feita sobre um povo monarquista, nem foi consentida por todos. Mas, para historiadores pró-bestializados, argumentos de que a tradição monárquica do Brasil fazia do povo monarquista pode ser vista em argumentos como o de Leôncio Basbaum, que, *sem analisar qualquer fonte*, chega à seguinte conclusão:

A realidade, entretanto, é que, pelo menos no Brasil, a tradição monárquica era maior e mais integrada na alma popular que a República. Essa tradição monárquica tinha pelo menos quatrocentos anos [...] Aliás, a República nem mesmo poderia ser indicada como forma ideal de governo para o nosso país [...] uma massa popular desorganizada e sem consciência social e sem participação política, o regime monárquico parecia o mais indicado⁸².

José Luso Torres, nascido no Maranhão, testemunhou o fuzilamento de alguns libertos desarmados em São Luís, convencidos de que sua libertação

⁸⁰ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2, p. 201.

⁸¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁸² BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 283.



viera do Trono, foram chamados de “as vítimas do Major Tavares”. Também os jornais *A Província* no Recife assim como o jornal *Itatiaia* no Rio de Janeiro, relatam ex-escravos que se recusaram a trabalhar para fazendeiros republicanos⁸³. A Província da Bahia declarou que “não adere ao movimento ilegal e tumultuário, imposto pela força e, ao que parece, aceito pelo terror”⁸⁴. A cidade de Desterro, atual Florianópolis, também teve grupos de resistência. Não foram raros os jornais que testemunharam reações diferentes da Proclamação. O jornal *O Dia*, na edição de 15 de novembro, bradou com escárnio que “O morto não deixa saudades [...] chegou o dia da justiça do povo”⁸⁵. *A Gazeta de Notícias*⁸⁶ assim se pronunciou

As festas à República e as manifestações ao governo surgem de toda a parte. Quem primeiro se manifestou foi a mocidade acadêmica, organizando nesta cidade [Rio de Janeiro] um grande batalhão de estudantes e pernoitando no quartel-general, onde faziam exercício, com entusiasmo e inteligência, marchando com elegância pelas ruas da cidade e recebendo aplausos do povo [...] Todas as classes sociais, enfim, mostram-se satisfeitas com o novo estado de cousas [...]⁸⁷

E ainda se expressa sobre a população, afirmando que “o espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notava em todos os olhares, em todas as fisionomias”⁸⁸. O relato parece ser entusiástico demais. Certamente não foram todas as classes que aceitaram felizes a República, mas é curioso notar como testemunhos diferentes traçam reações diversas por parte da população. Por que uma estaria mais certa que outra? M. César de Barros, ao falar do trabalho voluntário de Manuel Campos Porto⁸⁹, no prefácio do livro *Apontamentos para a História da República dos*

⁸³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 10-12.

⁸⁴ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 200.

⁸⁵ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 67-68.

⁸⁶ Marialba Barbosa, citada por Camila Silva, considera a *Gazeta de Notícias* um jornal “barato, popular e fácil de fazer”. BARBOSA apud SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, N°8, Vol.3, 2011, p. 183.

⁸⁷ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 146.

⁸⁸ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, N°8, Vol.3, 2011, p. 186.

⁸⁹ Manuel Ernesto Campos Porto foi um propagandista republicano que reuniu voluntariamente artigos de jornais de todas as partes do Brasil 1889, sobre a Proclamação da República. O livro, certamente, tem uma vertente fanática em relação ao novo regime. Mas o autor buscou (na concepção



Estados Unidos do Brasil, confidencia em 31 de dezembro de 1889: “Estou, porém, satisfeito, sim; tão animado como qualquer daqueles que mais se nobilitaram no honroso empenho de criar uma pátria livre e digna dos nossos maiores sacrifícios!”⁹⁰

Já o *Diário de Notícias*, na edição do dia 16 de novembro, afirmou que “o ministério foi deposto por intimidação do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, e os gritos de viva a república ecoaram durante o dia na cidade inteira”⁹¹, o jornal *Novidades* – de tendência conservadora - fez semelhante relato no mesmo dia ao dizer que “O exército libertador percorreu as ruas da capital por entre ovações”⁹². Outro testemunho apaixonado vem do jornal *O País*, em 15 de novembro de 1889

Sonho de poeta, utopia de demagogo, frase de tribuno sequioso de popularidade, recurso de jornalista baldo de assunto, a República aí está firmada, solene, imponente, no meio dos aplausos de uma população que se embriaga no delírio da posse de sua liberdade, por entre o ruído do desfilar da tropa, que garante um direito [...] o povo invade as ruas e ri, aplaude, e, entre flores e ruidosas expansões de prazer, saúda o imponente movimento, calmo e sorridente, como um noivado⁹³.

Inclusive no jornal abertamente monarquista, *Tribuna Liberal*, em 17 de novembro de 1889 afirmou que “A espaços bandas de música tocavam a *Marselhesa* e vivas sediciosos da população cortavam o espaço.⁹⁴” Dois dias depois, ainda ressaltava que “Os vivas da populaça que tripudia sobre os despojos do Império ainda ecoam em todos os lares de modo sinistro.”⁹⁵. Nas províncias – onde pela proximidade dos fatos pouco se podia saber do que tinha acontecido dias antes no Rio – o clima relatado por alguns jornais parece se repetir. O jornal *A Província de São Paulo*, em edição do dia 16 de novembro

de época de imparcialidade científica) inventariar artigos tanto de jornais entusiastas pela república, assim como outros conservadores e monarquistas.

⁹⁰ BARROS apud PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 54.

⁹¹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 79.

⁹² PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 87.

⁹³ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p.104-107.

⁹⁴ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 194. Neste mesmo artigo do jornal defende-se a ideia de que a população estava triste com o novo regime, mas se contradiz com a passagem acima logo depois.

⁹⁵ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 195. Neste artigo o jornal posiciona-se – de maneira preconceituosa, creio – que a “populaça” iria aplaudir qualquer regime deposto.



Era imponente o aspecto geral do largo do Palácio naquele momento. O povo atulhava literalmente todas as imediações e ruas próximas; as casas do largo tinham gente em todas as janelas e até nos telhados. Fervorosas aclamações eram levantadas pelas massas populares, saudando a bandeira republicana, que a essa hora fora desfraldada no alto do edifício do governo, enquanto uma banda militar, postada no recinto do jardim, tocava a Marselhesa⁹⁶.

Relatado também por um jornal italiano ao ser dito que “grande massa di popolo l’accompagnava, acclamando entusiasticamente la commissione, la Repubblica”⁹⁷. Um relato semelhante foi enviado por correspondência ao *Diário de Notícias* em Minas Gerais ao dizer que “a mocidade acadêmica, confraternizada com os cidadãos, percorreu as ruas, saudando a proclamação da República e os chefes eméritos do partido que, na província, se esforçaram pelo triunfo da ideia”⁹⁸. No Pará a carta assinada por Justo Leite Chermont, José Maria do Nascimento e Bento José Fernandes Júnior testemunhou a mesma iniciativa de jogar flores

O povo da capital conservou-se em inquietadora curiosidade e procurava a todo momento o palácio do governo provisório para saber notícias. [...] O presidente, depois de proclamar a república por três vezes, deu vivas do estilo, sendo grandemente correspondido pelo povo e atiradas rosas desfolhadas [...]⁹⁹

E ainda no Mato Grosso, Antônio Maria Coelho testemunhou relatos de participação popular

A cidade de Corumbá, de onde temos maior número de cartas, e circunstanciadas, ficou desde logo em festa e à noite fizeram-se passeatas, organizadas pelas praças ali destacadas, tomando parte o povo, em grande

⁹⁶ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 169.

⁹⁷ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 172.

⁹⁸ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 174.

⁹⁹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 218.



massa, que saudava, ao som da Marselhesa, o ínclito Marechal Deodoro, o exército, a armada e o governo provisório¹⁰⁰.

Mesmo na Bahia, que não aderiu ao Golpe, conta-se que “o povo aglomerou as portas dos jornais pedindo notícias” e “Conhecido o telegrama [De Deodoro sobre o governo provisório], afluiu grande massa de cidadãos, sem distinção de cor política, ao palácio da presidência”¹⁰¹. Do Jornal *O Globo*, do Maranhão, uma simples frase¹⁰², profundamente significativa “Somos um povo!¹⁰³”. O fotógrafo Augusto Malta, transcrito por José Murilo disse que

Um grupo pequeno, mas entusiasta de empregados do comércio [...] confeccionou rapidamente, para uso próprio, outra bandeira, copiada da do Clube Lopes Trovão. Cada um deu cinco mil réis, compraram o material, fizeram a bandeira e desfilaram à tarde pela rua do Ouvidor, contornando o Largo do Paço e dando vivas à República¹⁰⁴.

Expressões semelhantes são lidas no Peru: “A proclamação da república no Brasil não é só uma obra devida ao exército e à armada, como se afirma, mas também da opinião quase unânime das massas populares, que por fim, explodiu”¹⁰⁵. O jornal *La España* do Uruguai também dá conta “pelos telegramas que diariamente recebemos, vemos que todas as províncias aderem à nova ordem de cousas e que o governo republicano é objeto das mais entusiásticas e populares manifestações”¹⁰⁶.

É muito provável que boa parte dessa paixão popular demonstrada nos jornais republicanos (tradicionais ou adesistas) seja exagerada em relação ao entusiasmo pelo novo regime, mas pode estar ligada ao clima de renovação e às festividades públicas. Não podemos, contudo, adivinhar quem foi ou deixou de ser sincero em sua

¹⁰⁰ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 223.

¹⁰¹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 197.

¹⁰² Durante o século XIX o par antônimo Súditos-Monarquia VS. Povo-República foi utilizado pelos propagandistas para incitar a população.

¹⁰³ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 216.

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 112.

¹⁰⁵ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 234.

¹⁰⁶ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 241.



emoção. Mas indícios tendem a demonstrar que havia uma parcela da população que estava participando do processo de excitação que tomava o Império. Silva Jardim, buscando uma letra brasileira que fosse incorporada a canção-hino Marselhesa, fez um concurso público para a escolha do compositor. Sabemos pelas memórias de Medeiros e Albuquerque¹⁰⁷ que o vencedor foi um simples farmacêutico chamado Ernesto de Sousa, mas a música nunca foi tocada devido à República em 15 de novembro.

É claro que boa parte dos jornais que sobreviveram até nós é de caráter republicano, fruto de uma ação deliberada da nova ordem que teve a intenção de consolidar o regime por meio da eliminação de grande parte dos testemunhos monarquistas espontâneos, mas esses relatos não excluem uma posição mais aberta do historiador, que deve levar em consideração uma pluralidade de testemunhos que nos permite, no mínimo, duvidar de uma versão simplista como a indiferença popular. O que é certo é que durante os últimos vinte anos do Império a ideia de República pareceu cada vez mais aceitável para uma população apaixonada pelo seu monarca. Desta forma, concluímos argumentando que a visão de um povo bestializado, indiferente aos rumos políticos do país parece ser mais um fato historiográfico, uma manobra deliberada de esquecimento, que escondeu o ambiente fervilhante da propaganda republicana da segunda metade do século XIX que uma “verdade” histórica.

Referências

ABREU, Martha Campos. MARZANO, Andrea Barbosa. *Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.120-150.

_____. DANTAS, Carolina Vianna. *Música Popular, folclore e nação no Brasil (1890-1920)*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.123-152.

¹⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 124.



ALONSO, Ângela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 83-118.

_____. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *Belicosas Palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875*. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.

AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. *Visões republicanas: um estudo panorâmico da pedagogia conceitual da República Brasileira*. Anais da XIII ANPUH: Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, Silvana Mota. *Panfletos vendidos como canela: anotações em torno do debate político nos anos 1860*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 153-184.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. PP.349-368.

BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: nasce a República*. Volume 1. São Paulo: Editora Três, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.17-42.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Os três povos da República*. Revista da USP, São Paulo, Nº59, P.96-115, 2003.

_____. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.19-48.

_____. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891*. Revista Varia História, Belo Horizonte, vol.27, nº45. P.141-157, 2011.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CAVALCANTI, Carlos Manoel de Hollanda. *Angelo Agostini e seu "Zé Caipora" entre a Corte e a República*. Revista História, imagem e narrativas. Nº 3, ano 2, setembro/2006.



- CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio*. Revista Brasileira de História, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988. P.83-105.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010.
- FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 27, pp.181-195, nov. 2006.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.
- FERRARI, Pedro Felipe Marques Gomes. Com quantos passos se faz uma República: Proclamações e apropriações urbanas do Rio de Janeiro. *Revista Especialidades*, Vol.4, Nº3, 2011.
- FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. *Revista Iberoamericana de filosofia, política y humanidades*. Año 13, nº26, 2011. Araucaria. P.119-145.
- FONSECA, Celia Freire A. L'idée républicaine au Brésil. In: *Annales historiques de la Révolution française*. Nº298, 1994. P.715-726.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola, São Paulo, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco. *Revista CLIO*, Vol. 28.2, 2010.
- _____. *From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana University, PHD, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LARA, Silva Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.
- LEAL, Ana Regina Barros Rego. *Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: a atuação do jornalista David Moreira Caldas no Piauí*. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.



- LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003.
- LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.401-444.
- LEONÍDIO, Adalmir. O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República. *Revista Diálogos*, Vol. 11, Nº1-2, PP.193-213.
- LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889. *Revista História* (São Paulo), Vol. 30, Nº2, 2011. P.239-265.
- LOPEZ, Adriana. MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando Política e Cultura no Início da República: Existe uma Cultura Política Carioca? In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, P.285-303.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MASSAÚ, Guilherme Camargo. A República como oposição à monarquia. *Revista da SJRJ*: Rio de Janeiro. Nº 27. P.245-262, 2010.
- MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.349-392.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Revista Tempo, 26, 2008. P.15-31.
- _____. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Escravidão, cidadania e direitos nos oitocentos*. Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPUH, Londrina, 2005.
- OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *A propaganda republicana como ação política – apontamentos para a história da República, Campos Porto (1890)*. Anais do XXI Encontro Estadual de História. ANPUH-SP, Campinas, setembro 2012.
- _____. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011.
- OLIVEIRA, Hilton César de. O debate historiográfico sobre o movimento republicano no Brasil. In: *Revista E-Hum*: Belo Horizonte, vol.3, nº 1, 2010.



- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados* 13, Nº 35, 1999.
- PEREIRA, Luisa Rauter. O conceito político de povo no período regencial brasileiro. *Revista de História Social y de las Mentalidades*. Vol 15, Nº1, 2011. P.95-124.
- _____. *Uma História do conceito político de povo no Brasil*. Anais do XXVI simpósio nacional de História da ANPUH, 2011.
- PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890].
- QUEIROZ, Suely Robles de. *Os Radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- RAMOS, Igor Guedes. JOANILHO, André Luiz. *A historiografia dos vencidos da Primeira República: uma análise historiográfica e conceitual*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- REAL, Victor Kraide Cortes. *Propaganda republicana: estratégias de comunicação política contra a monarquia brasileira*. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A radicalização dos exaltados em questão: jornais e panfletos de 1831 a 1834*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. ANPUH-Fortaleza, 2009.
- _____. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. *Revista Tempo*, 2008.
- RIBEIRO, Pedro Krause. *Jornais de Zé Povinho: os usos do personagem de Bordalo Pinheiro nos periódicos do século XIX e XX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.
- _____. *O "povo" na retórica da charge: Zé Povinho e Zé povo na Imprensa Luso-Brasileira (1875-1907)*. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Camila de Freitas. O 15 de novembro na imprensa carioca. *Revista AEDOS*, Nº8, Vol.3, 2011.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.
- TAVARES, A. de LYRA. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: vol. 205 Coleção Documentos Brasileiros, 1987.



TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Representações dos populares nas revistas ilustradas*. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-Rio, 2008.

VILLA, Marco Antônio. *O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997.

VIOTTI, Emília. *Da monarquia à república*. São Paulo: UNESP, 2010.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991.

